

Congresso quer retomar esforço após o recesso

EDUARDO BRITO
Editor de Política

O Congresso Nacional pretende retomar ao final do recesso, a 1^o de agosto, o mesmo ritmo da última semana de junho. Quem dá essa garantia é o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), que levará à primeira reunião da Mesa Diretora uma proposta destinada a restabelecer o fluxo de trabalhos do final do semestre passado.

De acordo com a proposta de Inocêncio — que sabidamente obterá aprovação da Mesa — a Câmara dos Deputados dedicará três dias da semana, a terça, quarta e quinta-feiras, à votação de projetos. Nas segundas e sextas, quando a frequência costuma ser mais baixa e há risco de não se conseguir quorum, haverá apenas debates.

Com esse calendário, associado à manutenção das medidas severas para punir os ausentes, Inocêncio acredita que se retomará o ritmo anterior pelo menos até o dia 15 de setembro, quando há risco de um recesso branco paralisando o Congresso. No entanto, até lá existirá a possibilidade de se desatulhar a pauta de votações.

O Senado já vinha aplicando um calendário semelhante antes mesmo do final dos trabalhos do primeiro semestre e de-

verá mantê-lo ao se encerrar o recesso. Dentro desse esquema, as sessões conjuntas do Congresso certamente obedecerão a um horário compatível com as demais.

No caso da Câmara, um fator a mais deverá contribuir para que se acelerem os trabalhos. E que, de acordo com seu presidente em exercício, logo no início de agosto deverá estar sendo votado o novo regimento, cuja tramitação caíra em um impasse diante da divergência dos líderes dos partidos menores. Com a vigência do regimento, as comissões passarão a votar projetos em caráter terminativo, sem que eles precisem chegar até o plenário — o que apressa as decisões e as coloca em menor dependência do quorum.

De qualquer forma, já existe hoje, tanto entre os membros da Mesa do Senado quanto na da Câmara, uma reação à idéia de um recesso branco. Sendo a escolha do presidente uma eleição solteira, quando não estão em jogo nem os mandatos dos parlamentares, nem os dos vereadores ou prefeitos a eles ligados, acreditam muito deputados e senadores de influência que não haverá também necessidade da participação na campanha. Para a grande maioria dos parlamentares, essa participação seria apenas ocasional, quando os candidatos visitassem suas bases.